

*Artigo

Foro privilegiado e imunidade parlamentar

Recentemente, o juiz federal Sérgio Moro observou que sua missão à frente da Operação Lava Jato estava por findar, considerando que os indiciados que cabe à primeira instância julgar já haviam praticamente todos sido julgados. O que ele quis dizer é que os demais são pessoas com foro privilegiado e as ações devem ser passadas à instância superior, mais especificamente ao Supremo Tribunal Federal (STF). Foro privilegiado é um direito adquirido por algumas autoridades públicas, de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, garantindo que possam ter um julgamento especial e particular quando são alvos de processos penais. Formalmente chamado de “Foro por prerrogativa de função”, é atribuído aos indivíduos que ocupam cargos de alta responsabilidade pública, como: Presidente da República, Vice-Presidente, o Procurador-Geral da República, os ministros e os membros do Congresso Nacional. Conforme consta na Constituição Brasileira de 1988, a investigação e o julgamento das infrações penais das autoridades com foro privilegiado passa a ser competência do Supremo. Ordinariamente, esse dispositivo acaba por retardar a tramitação dos processos e aplicação das penas e cumprimento das sentenças condenatórias, quando for o caso. Não faz muito, tivemos exemplo disso com o chamado Mensalão que quase chegou à prescrição. Há também outro dispositivo, este aplicado a parlamentares de todos os níveis, que igualmente protela ações e causa sensação de impunidade; é a chamada imunidade parlamentar, da qual tratarei mais adiante. Voltando ao foro privilegiado e mais especificamente à Operação Lava Jato por ser episódio momentâneo, não deixa de gerar questionamento. Por que empresários, executivos e diretores de empresas privadas, assim como da estatal envolvida no escândalo, foram investigados, denunciados e julgados tendo as penas arbitradas e daí levados à prisão, enquanto políticos, alguns com grau de participação semelhante, continuam livres e parlamentares envolvidos exercendo normalmente seus mandatos? O foro privilegiado explica. Imunidade parlamentar – Trata-se de um conjunto de garantias dadas aos parlamentares (senadores, deputados federais e estaduais e vereadores) para que possam exercer as suas funções sem violações ou abusos, atuando com liberdade e independência no exercício de suas atividades sem o risco de serem processados judicialmente. Essas garantias são expressas na Constituição Federal que em seu Art. 53 diz: “Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos”. É importante notar que originariamente não existia no texto constitucional o termo “quaisquer”, introduzido pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001. Deliberadamente a interpretação da imunidade é distorcida e ampliada. Diz-se, com certa razão, que se tornou espécie de salvo-conduto em casos de crime comum. Muitos são exemplos de candidatos que lutam de todas as formas para se eleger e assim conseguir o mandato que lhes resguarda de delitos que não são decorrentes de opiniões, palavras e votos. Outro empecilho para punição de parlamentar são as formas de imunidades, acessórias introduzidos por óbvios motivos e interesses. Entre essas formas estão: imunidades materiais, que se dividem em absolutas e relativas, e imunidades formais, relacionadas com o foro privilegiado e os processos de prisão de parlamentar. Quando uma denúncia contra parlamentar chega ao legislativo encontra outra barreira, o pedido de licença para abrir processo. A autorização depende de decisão da Casa Legislativa que, geralmente, nega ou protela, usando para isso o “espírito de corpo”, ou corporativismo. Isso tem base no parágrafo 3º. do Art. 53 que expressa: “Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação”. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001). Pode parecer utópico, mas seria o momento de se aproveitar os bons ventos de moralização e vontade de passar o país a limpo. Não será de todo inútil intentar mudanças. Boa parte dos males vem do foro privilegiado e da imunidade parlamentar – e isso não é cláusula pétrea. Não será fácil mudar porque a decisão final caberá àqueles que desses privilégios se beneficiam, porém a vontade de mudar faz milagre, ainda que demore algum tempo.

Luiz Carlos Borges da Silveira é empresário, médico e professor. Foi Ministro da Saúde e Deputado Federal.

Diário da Serra®

O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

Propriedade da E. Tormes & Cia. Ltda - ME

ISSN 2238-6467

FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996

Edição on-line desde 06 de setembro de 1997

ENDEREÇO

Av. Tancredo Neves, 1247-W Parque Mansões • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000

Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501

CIRCULAÇÃO

Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenópolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal.

Tiragem total: 1,5 mil exemplares

ADMINISTRATIVO

DIREÇÃO GERAL

Mano Reski

mano@diariodaserra.com.br

DIREÇÃO ADMINISTRATIVA

Silvana Tormes

silvana@diariodaserra.com.br

REDAÇÃO

DIREÇÃO DE JORNALISMO

Fabiola Tormes

CONTATO

redacao@diariodaserra.com.br

DEPTO. DE ARTES

Maykon H. M. Campos

Guilherme Coutinho

Vitória Bertol

DEPARTAMENTO COMERCIAL

PUBLICIDADE E ASSINATURA

PUBLICIDADE LEGAL

GRÁFICA

E. Tormes & Cia Ltda-ME

Av. Tancredo Neves, 1247-W Sala 02

CNPJ 14.648.123/0001-07

CONTATO

adm@diariodaserra.com.br

65 3326-4724

CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501

www.diariodaserra.com.br

www.ds.jor.br

*Curtas

Porta-bandeira da Paralimpíada

O atleta que irá levar a bandeira do Brasil na cerimônia de abertura da Paralimpíada, no dia 7 de setembro, será escolhido pelos 287 atletas que compõem a delegação brasileira, por meio de eleição. Apenas 19 atletas de seis modalidades vão receber os votos, segundo critérios do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB). O porta-bandeira deve ter pelo menos uma medalha de ouro em Paralimpíadas e não pode estar escalado para competir no dia seguinte à festa de abertura do evento. Segundo o comitê, na Paralimpíada, a votação será feita por meio do aplicativo de troca de mensagens Whatsapp e o nome escolhido será divulgado no próximo domingo, dia 4 de setembro. Com a entrada de mais dois atletas da esgrima, a delegação do Brasil irá contar com 287 atletas, que vão disputar em 22 modalidades. O objetivo do Brasil é ficar em quinto lugar no quadro geral de medalhas. Os Jogos Paralímpicos 2016 serão transmitidos pela TV Brasil, em parceria com emissoras da rede pública de televisão dos estados.

Altos e baixos

E a temperatura está novamente caindo em Tangará. Os altos e baixos fazem com que os tangaraenses tirem quase toda a semana as blusas de frio do armário. Ontem, logo após uma calma chuva, a temperatura começou a cair. E para hoje a previsão é de tempo chuvoso, com variação entre 16° e 24°, permanecendo assim até quarta.

Emergência

Exames laboratoriais apontaram que mais de mil residências em Barão de Melgaço estão recebendo água contaminada com a bactéria intestinal Escherichia coli. Por causa disso foi decretada a situação de emergência naquele município. Segundo a procuradora Ruth Aiardes, a falha está na ETA, que já tem mais de 30 anos e precisa ser substituída.

Água contaminada

A água que abastece a cidade é captada do Rio Cuiabá. Depois de passar pela estação de tratamento, a água deveria se tornar própria para o consumo, o que não ocorre. “Todo o perímetro urbano, em que as famílias são abastecidas pelo sistema de água potável, incluindo os órgãos públicos, estão consumindo água contaminada”.

Problema

As análises das amostras foram feitas em um trabalho conjunto com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Foi identificada a existência de coliformes fecais na água. Para amenizar a situação, serão distribuídos mais de 700 garrafas de água mineral e de filtros.

*Bastidores da Política

Fethab

O Governo de Mato Grosso já repassou, por meio da Secretaria de Fazenda, R\$ 135,62 milhões do Fethab para os 141 municípios mato-grossenses, referentes ao período de janeiro a julho. A quantia, que já foi publicizada pelo Governo do Estado neste mês, foi novamente divulgada, desta vez por meio do Diário Oficial.

Valores

Em 19 meses já foram repassados R\$ 367 milhões. Do montante repassado, R\$ 18,75 milhões corresponde à parcela do mês de julho e R\$ 6,47 são referentes ao pagamento da terceira parcela da diferença apurada no primeiro quadrimestre do exercício de 2016. Os valores estão nas contas dos municípios desde o dia 10 de agosto.

Ana Amélia

Após a defesa de Dilma, a primeira a falar a favor do impeachment foi a senadora Ana Amélia. Ela disse que, por mais dolorosa que seja, a função de julgamento irá cumprir sua obrigação e criticou a classificação feita por petistas de que o processo é um golpe. Para ela foram praticados crimes fiscais que têm as digitais de Dilma.

Descontrole fiscal

Segundo a senadora do Rio Grande do Sul, que já esteve na base aliada do governo, a presidente afastada foi autora do “descontrole fiscal” vivido pelo país. Ela ainda afirmou que todos os direitos de defesa foram assegurados a Dilma pela Justiça e que sua presença no Senado legitima o fato de não se tratar de um golpe.

Dilma

Ao apresentar pessoalmente nesta segunda, por cerca de 45 minutos, sua defesa aos senadores, a presidente afastada Dilma Rousseff, ressaltou que foi ao Senado “olhar diretamente nos olhos” dos que a julgarão. “Um golpe que, se consumado, resultará na eleição indireta de um governo usurpador”, disse Dilma, ao se referir a Temer.

Defesa

“Sei que, em breve, e mais uma vez na vida, serei julgada. E por ter minha consciência absolutamente tranquila em relação ao que eu fiz, venho pessoalmente à presença dos que me julgarão”, disse a presidente afastada, durante sua defesa. A petista negou ter cometido crimes dos quais é acusada, segundo ela, “injusta e arbitrariamente”.

Processo

Gráficos

Em suas respostas, Dilma tem se esforçado para desmontar a tese da acusação de que ela tenha praticado uma forma de “estelionato eleitoral” em 2014, quando teria ocultado a verdadeira situação das contas públicas durante a campanha eleitoral para ganhar votos. Para isso ela apresentou gráficos e outros dados.

“Fiquei trabalhando e não tive a satisfação de ouvir”, diz Temer sobre Dilma

O presidente interino Michel Temer disse que não teve “tempo” e “satisfação” de acompanhar o depoimento da presidente afastada Dilma Rousseff no julgamento final do processo de impeachment no Senado. Temer deu a declaração durante evento no Palácio do Planalto, quando se encontrou com cerca de 60 atletas olímpicos. Perguntado sobre como avaliava o discurso da presidenta afastada, ele disse não ter tido tempo para assistir à defesa da presidenta afastada. “Sabe que eu não tive tempo de ouvir. Confesso que não tive tempo de ouvir [o discurso de Dilma]. Fiquei trabalhando em uns despachos e não tive a satisfação de acompanhar o discurso”, disse Temer após o encontro com os atletas. O presidente interino acrescentou que acompanhará essa etapa do julgamento “com tranquilidade absoluta”. “Sou obediente às instituições e espero respeitosamente a decisão do Senado Federal”.